

PARECER Nº DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 201 de 2015 (Projeto de Lei nº 2.517 de 1996, na Casa de origem), do Deputado João Colaço, que *altera o art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei da Câmara nº 201 de 2015 (Projeto de Lei nº 2.517 de 1996, na Casa de origem), do Deputado João Colaço, cuja ementa é transcrita acima.

O Projeto altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que *dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; altera o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.*

O art. 1º acrescenta o inciso XIV-A ao art. 10 da referida Lei, criando uma nova fonte de receita para o FNDCT: 1% (um por cento) da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios. O art. 2º traz a cláusula de vigência na data da publicação da futura lei.

SF/17148.08787-69

Na justificação, o autor destaca a relevância do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em sua atividade de fomento e apoio financeiro aos programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico. Afirma que são exíguos e estreitos os recursos direcionados ao FNDCT, razão pela qual sugere que parte dos citados recursos sejam direcionados para o Fundo.

Após o exame desta Comissão, o projeto irá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Até o momento, não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104-C, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre a presente matéria.

Desde sua apresentação, em 1996, o autor do projeto destacava a importância do fomento e do apoio financeiro a programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico por parte do Estado. Trata-se, assim, de uma iniciativa que continua atual.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT foi inicialmente instituído pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969. Naquela ocasião, o fundo já apresentava a finalidade principal de dar apoio financeiro aos programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico. Segundo o art. 2º desse Decreto-Lei, o Fundo contava com as seguintes fontes: a) recursos orçamentários; b) recursos de incentivos fiscais; c) empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades; d) contribuições e doações de entidades públicas e privadas; e e) recursos de outras fontes. Após um período de interrupção, o FNDCT foi legalmente reestabelecido pela Lei nº 817, de 18 de janeiro de 1991.

Atualmente, o Fundo é regulamentado pela Lei nº 11.540, de 2007. Conforme o art. 11 dessa Lei, constitui objeto da destinação dos recursos do FNDCT o apoio a programas, projetos e atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação – CT&I, compreendendo a pesquisa básica ou aplicada, a inovação, a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de novas tecnologias de produtos e processos, de bens e de serviços, bem como a capacitação de recursos humanos,



SF/17148.08787-69

intercâmbio científico e tecnológico e a implementação, manutenção e recuperação de infraestrutura de pesquisa de CT&I.

O crescimento das atividades financiadas pelo FNDCT foi acompanhado de um aumento de suas fontes financiadoras: o art. 10 da Lei 11.540, de 2007, prevê quinze fontes de recursos para o fundo, entre as quais se destacam as dotações consignadas na lei orçamentária anual, a parcela dos *royalties* sobre a produção do petróleo ou gás natural, o percentual da receita operacional líquida de empresas de energia elétrica e o percentual dos recursos decorrentes de contratos de cessão de direitos de uso da infraestrutura rodoviária para exploração de sistemas de comunicação e telecomunicações.

Em que pese a maior disponibilidade de recursos do Fundo, quando analisamos o investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil, fica claro que o País ainda tem muito a avançar. A literatura científica já identificou o investimento no setor como uma das forças motrizes do desenvolvimento econômico e social dos países. O desenvolvimento científico e tecnológico é um dos principais determinantes tanto do crescimento econômico quanto do aumento da qualidade de vida da população.

Em relação às contrapartes internacionais, o Brasil ainda deixa muito a desejar no tocante ao investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Conforme dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Brasil investe cerca de 1,2% do PIB em Pesquisa e Desenvolvimento, enquanto os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE investem o dobro disso. Países como Israel e Coreia do Sul, líderes mundiais em investimento em P&D, chegam a investir mais de 4% do PIB. Fica evidente, portanto, o quanto ainda temos a avançar nessa área.

Alguns poderiam alegar que uma redução dos prêmios tenderia a reduzir o interesse dos participantes e, consequentemente, a arrecadação total dos concursos de prognósticos. Todavia, no presente caso, a redução de apenas 1% da arrecadação bruta não será substancial a ponto de afastar os apostadores. Uma simulação feita pela Consultoria de Orçamentos desta Casa mostrou, por exemplo, que um prêmio acumulado de R\$ 50 milhões, teria o seu valor reduzido para pouco menos de R\$ 49 milhões com a vigência do projeto em tela, uma redução de apenas cerca de 2% no prêmio pago.



SF/17148.08787-69

Por outro lado, este projeto poderia reduzir ligeiramente os recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O art. 2º, II, da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2011, prevê como receita do Fies 30% da renda líquida dos concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal, bem como a totalidade dos recursos de premiação não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição. Em relação aos 30% da renda líquida, não haverá diminuição desse fundo, porque o montante a ser destinado ao FNDCT será retirado diretamente do valor alocado ao prêmio, não afetando, portanto, as demais parcelas de financiamento. Já os prêmios prescritos destinados ao Fies alcançaram, em 2016, o valor de R\$ 320 milhões, segundo dados da Consultoria de Orçamentos. Considerando a redução de 2% nesse montante, teríamos aproximadamente R\$ 6 milhões, o que representaria, segundo a Consultoria, 0,5% da receita do Fies oriunda dos concursos de prognósticos em 2016. Assim, para evitar que o projeto em análise promova tal redução nesse importante Fundo, propomos emenda para que tais recursos sejam ressalvados, evitando prejudicar a área de educação.

Sugerimos, por fim, um pequeno reparo na redação da ementa do projeto para explicitar o objeto da futura Lei, evitando a chamada “ementa cega”, conforme exigido pelo art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a redação das leis.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 201 de 2015, com as emendas a seguir.

EMENDA Nº – CCT (ao PLC nº 201 de 2015)

Dê-se a seguinte redação ao inciso XIV-A do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, nos termos do Projeto de Lei da Câmara nº 201 de 2015:

“XIV-A – 1% (um por cento) da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios, **ressalvados os recursos de premiação não procurados pelos contemplados**

SF/17148.08787-69

dentro do prazo de prescrição destinados ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).”

EMENDA N° – CCT (DE REDAÇÃO)
(ao PLC nº 201 de 2015)

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 201 de 2015:

“Altera o art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, **para lhe destinar 1% (um por cento) da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares.**”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/17148.08787-69